

São Paulo, 7 de julho de 2017

Mensagem IBGC

Novo Mercado progride

A manifestação final das companhias sobre as mudanças propostas para o regulamento do Novo Mercado resulta em um progresso importante, ainda que comedido, para o fortalecimento da atratividade de um segmento líder para a captação de recursos em bolsa.

A evolução é necessária para que o Novo Mercado continue a ser percebido como um selo diferencial, motivo pelo qual empresas relevantes buscam aperfeiçoar suas práticas de governança e ingressar nesse segmento. Não por acaso, anúncios de migração para o Novo Mercado têm impacto positivo na cotação das ações, pois são invariavelmente bem recebidos pelos investidores.

A votação proporcionou avanços consideráveis, com destaque para o número mínimo de dois membros independentes no conselho de administração; avaliação obrigatória do conselho, comitês e diretoria; além de mais fiscalização e controle, com a instalação obrigatória de comitê de auditoria, auditoria interna e funções de conformidade, controles internos e riscos corporativos.

Em comparação à reforma de 2010, há de se reconhecer o esforço empreendido pela B3 para ampliar o diálogo com o mercado, promovendo um intenso e produtivo processo de audiência pública. Investidores e membros de conselhos de administração demonstraram mais engajamento na discussão das propostas – embora ainda em um nível abaixo do que se espera para um assunto dessa magnitude.

É difícil compreender, no entanto, sem uma investigação cuidadosa dos motivos, a oposição a uma proposta como a de divulgação de relatório anual com informações ambientais, sociais e de governança corporativa (que tenha como base padrão internacionalmente aceito). As razões para a reprovação de outras duas propostas benignas, há muito defendidas por investidores, também merecem uma análise mais profunda: a oferta pública de aquisição de ações (OPA) obrigatória por obtenção de participação relevante e a exigência de que a saída do Novo Mercado seja aprovada por mais 50% das ações em circulação.

A surpresa negativa adveio da reprovação completa da revisão proposta para o Nível 2, com alto índice de rejeição. Das 19 companhias do Nível 2, 11 posicionaram-se contra o regulamento-base, impedindo qualquer mudança. Esse resultado acaba por aumentar as diferenças

entre as companhias desse segmento e as do Novo Mercado, antes restritas à adoção do princípio “uma ação, um voto”.

A adoção de melhores práticas de governança implica compartilhamento equitativo de poder sobre a gestão, consideração de mais partes interessadas e concessão de mais proteção e conforto a investidores de mercado, sendo recompensada com a redução de custo de capital e a valorização da empresa.